

OS MILITARES E A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO DE ESCOLAS PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM CASO DE REVOLUÇÃO PASSIVA

José Tarcísio Grunennvaldt (DEF/UFS)

3- Cultura e práticas escolares

Visando situar o leitor em relação ao processo que resultou na criação da ENEFD na Universidade do Brasil, em 1939, teceremos considerações sobre os encaminhamentos dados à problemática da formação dos quadros de profissionais. Daremos, também, uma visão de como se apresentava o quadro e quem eram os responsáveis pela sistematização das atividades envolvendo os exercícios físicos no país, nas primeiras décadas do século XX.

Algumas questões se levantam, no sentido de esgarçar as lembranças da “mocidade” do campo da Educação Física no Brasil. Como o quadro da Educação Física se apresentava diante do quadro geral da Educação? Quem eram os seus profissionais? Quais os esforços envidados para suprir a demanda emergente da época? Pode-se afirmar que a sistematização da Educação Física tivesse sido uma preocupação do Exército nas décadas que antecederam a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (ENEFD) em 1939?

Buscamos, nas evidências, argumentos que validassem a hipótese de que na configuração da Educação Física, no Brasil, havia a necessidade de pressupostos e procedimentos advindos do meio científico, o que levou à confluência esforços de militares e civis para substituir o autodidatismo e as dissonâncias metodológicas das práticas das atividades físicas e, assim, “tirar o problema da Educação Física do domínio do empirismo da indiferença e da charlatanice”, podendo afirmar que, desde o século anterior, o Exército já se interessava pelo problema da Educação Física e de sua difusão no meio civil.

Segundo Molina (1935, p.1) ele “se manteve em cogitações teóricas e livrescas por muito tempo” talvez por faltarem condições objetivas à sua consecução. Estudos de Goellner (1992); Bercito, (1996); Melo, 1996; Grunnennvaldt, (1997), Ferreira Neto, (1999) já enfatizaram a relação que se estabeleceu entre o Exército e a Educação Física, e demonstram o esforço entre civis e militares com vistas ao avanço científico na área.

Neste trabalho, trataremos das iniciativas desencadeadas no meio civil e, sobretudo, do esforço dos militares pela organização e sistematização da Educação Física Brasileira, no período compreendido entre a formulação do Projeto do Deputado Jorge de Moraes, em

1905, até a fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), em 1939.¹

A iniciativa do Deputado, em 1905, propondo a criação de duas Escolas de Formação de Professores de Educação Física, uma civil e outra militar, embora aprovada pela Câmara dos Deputados, demorou a ser posta em prática. Melo (1996), levanta a possibilidade de tal projeto ter sido escrito com auxílio direto de militares franceses, visto se encontrarem no Brasil, em missões oficiais. Assevera que os militares desenvolveram esforços efetivos no sentido de sistematizar a formação profissional em Educação Física. A ausência das condições ligadas à infra-estrutura do desenvolvimento da Educação Física e Desportos, resultou na deficiência de quadros capacitados na esfera militar e, talvez, em deficiência mais significativa no meio civil.

Segundo Ferreira Neto (1999) já na Carta Régia de D. João VI, de 1810, existe o movimento em torno do início do exercício sistemático da ação educadora do Exército no Brasil e ele acredita que daquele “Curso fundador” até nossos dias é possível, ver a expressão do que se pode denominar de “sistema nacional de ensino militar”.

Evidências sobre as condições reais da Educação Física no Brasil do início do século podem ser observadas nesse testemunho, quando Lima Sobrinho (1936, p1) diz ser “uma geração que, em matéria de educação física, não teve outro recurso que o autodidatismo” E continua, “Vivíamos com os livrinhos de Ling, ou as lições de J. P. Müller, a fabricar um sistema para uso próprio, dentro do ensino do velho Spencer, que atribuíra ao problema da educação física uma importância capital”.

Argumenta Lima Sobrinho (id.ib) que o autodidatismo reinante no período contribuiu para o estado de letargia e o aparecimento de métodos bastante discordantes, e sugere mais cientificidade. São suas palavras:

Quanto perdemos, nesse autodidatismo precário! Mas não sei se aos males e aos erros daquela fase não se substituíram os erros e os males de novas tendências, ainda muito distantes do ideal. Em matéria de educação física, temos avançado muito e melhorado pouco. As deficiências antigas desapareceram, cedendo lugar a uma perigosa proliferação de métodos e de ensinamentos discordantes. Poder-se-ia dizer que, a cada professor ou instrutor, corresponde um método próprio, mais ou menos caprichoso, desamparado dos meios científicos, que devem ser a inspiração suprema dos processos de educação física. Basta dizer que, nas

¹ Desenvolvi, no estudo de doutorado, a argumentação de que a formação dos quadros de oficiais do Exército propiciou elementos para o exercício de funções intelectuais que preparariam o Exército para a direção da sociedade. Procurei sustentar uma posição de insatisfação e de crítica com os estudos que pressupõem a atuação do Exército exclusivamente no âmbito do exercício da força e que julgam suas intervenções sociais e políticas como abusivas, pois que se destacou como a Instituição que se mobilizou para fazer face à modernidade. Assim, fez-se imperativo superar a visão estreita que a concebe apenas como força que só tem legitimidade para o uso da violência, sendo possível admitir historicamente sua inscrição política e intelectual na ordem societária inclusiva. (GRUNENVALDT, 2005).

escolas primárias, ainda é corrente o ensino da ginástica pelas professoras, que não aprenderam educação física nas Escolas Normais.

A Educação Física, em aulas de ginástica, acontecia nas escolas. No entanto, é perceptível sua preocupação com a forma como eram direcionadas, faltando-lhes bases científicas, que somente poderiam ser alcançadas através da formação especializada. O texto de Lima Sobrinho, publicado na Revista de Educação Física do Exército pode ser revelador de que era fato a preocupação de civis e militares, de longo prazo quanto à necessidade de uma pedagogia uniformizadora em “matéria de educação física”.

Na época em que o Dep. Jorge de Moraes encaminhou o seu projeto, os meios militares passavam por uma fase de grandes mudanças, iniciadas a partir de 1905.² O Exército se inspirou nos moldes então modernos, criando as grandes unidades militares, representadas pelas chamadas Brigadas Estratégicas, com a instituição do serviço militar obrigatório³, a criação de tiros de guerra e a modernização do ensino militar.

O Regulamento da Escola Militar de 1905 preocupou-se com o ensino; as aulas procuravam ter a orientação de cada conteúdo dirigida para finalidades militares, como se evidenciou com o Direito Internacional Aplicado à Guerra. Na Topografia, estudavam-se as aplicações militares, assim como a Física e a Química, aplicadas à Arte da Guerra. Enfim, não foi somente um aumento na quantidade de escolas e cursos, os conteúdos das aulas ganharam especificidade militar e deveriam atender às peculiaridades de cada uma das diferentes armas. A preocupação de submeter o ensino como a instrução ao crivo do realismo científico, evidencia, segundo Cambi (1999), que os *curricula* foram submetidos a uma “virada fundamental”, procurando rejeitar o intelectualismo e o formalismo tradicionais ou “a abstração culturalista da tradição escolar humanista”(p. 396).

Nos esforços de modernizar o Exército, traçaram-se planos e, em consequência deles, em 1906, foram enviados oficiais para estagiarem na Alemanha, onde o Exército era profissionalizado. Carvalho (1990) comenta que a idéia do Mal. Hermes da Fonseca de trazer uma Missão Alemã não se concretizou por inteiro, mas três turmas de oficiais

²- As grandes mudanças no interior da estrutura do Exército ocorreram pelo apoio direto do Min.da Guerra, Hermes da Fonseca e por seu prestígio no círculo das fileiras militares. Sobre o assunto ver: Os partidos Militares no Brasil, coordenado por Alain Rouquié e, mais especificamente, o artigo: Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889 - 1930), por Manuel Domingos Neto, p.47.

³- O decreto n. 1860 do sorteio militar obrigatório datava de 4 de janeiro de 1908, mas somente foi efetivado em 1916, quando se instituiu o Serviço Militar Obrigatório. (Cf. História do Exército Brasileiro, p.804)

brasileiros foram enviadas àquele país, nos anos de 1906, 1908 e 1910, as quais puderam sentir o impacto da organização militar alemã⁴.

Apesar da resistência à renovação do Exército pelos oficiais superiores mais conservadores, a oficialidade jovem, estusiamada para aplicar os novos conhecimentos, ante a possibilidade de o Brasil ser envolvido na I Grande Guerra, convenceu e teve o apoio de oficiais, como os Generais José Caetano de Faria, Antônio Geraldo de Souza Aguiar, Bento Ribeiro, Tasso Fragoso e Cardoso de Aguiar. A conjugação de esforços da oficialidade jovem às iniciativas dos generais citados, criou as condições no Exército para instituir-se uma Missão Indígena,⁵ deu resultado e em 1917, os dirigentes do Exército adotaram duas medidas visando à modernização da instrução militar, o que repercutiu no desenvolvimento da Educação Física:

1. Criou-se o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, servindo, inicialmente, para a formação dos Sargentos Instrutores dos Tiros de Guerra, tornando-se mais tarde a Escola de Sargentos de Infantaria (ESI) e
2. Estabeleceu-se, pela primeira vez, um concurso para seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo, dentro dos moldes práticos, diretamente relacionados à instrução militar dos oficiais e da tropa (Estado Maior do Exército, 1972).

Tais atitudes, e aproveitando o entusiasmo da renovação que traziam os oficiais jovens, contribuíram para o trabalho da Missão Indígena. Em 1919, ao serem apresentados os instrutores selecionados do primeiro grupo da Escola Militar, o Chefe do Estado Maior do Exército, prestigiou-os publicamente:

Pela primeira vez este EME teve intervenção na escola dos instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir o ensino prático dos futuros oficiais, como há muito já deveria ter sido feito. Muitos e distintos oficiais têm passado pela Escola Militar como instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca o corpo de Instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional (EME, 1972, p. 809).

⁴- O último grupo de oficiais que estivera na Alemanha, alcunhado de “jovens turcos” e, antes de regressar, traçou planos para difundir os conhecimentos adquiridos. Ao voltar, fundaram a revista “A Defesa Nacional”, de caráter exclusivamente técnico, divulgando o regulamento do exército alemão, sistema de treinamento, práticas e costumes, defendendo medidas como o sorteio militar, o afastamento dos oficiais da política e a defesa nacional. Dentre esses oficiais estavam figuras de nome como Leitão de Carvalho, Bertholdo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo, militares que se distinguiram posteriormente no exército e na política (CARVALHO, 1990),

⁵- Denominou-se Missão Indígena a um grupo de novos oficiais que pela via do concurso com provas práticas para instrutores e auxiliares adentram a Escola Militar, “precederam a Missão Militar Francesa, nos esforços para adaptação do Exército às exigências da guerra, foram apelidados pelos cadetes da Escola Militar de “Missão Indígena”. Coube-lhes, sem dúvida, o mérito de darem à instrução das várias armas, na velha Escola Militar do Realengo, uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera” (TÁVORA, 1973, p. 94).

A atuação da Missão Indígena foi significativa, principalmente no período 1919-1922, antes de serem colhidos os resultados da Missão Francesa. Essa foi uma contribuição dos oficiais jovens que conduziram com brilho a sua missão.⁶

Nos Regulamentos da Escola Militar de 1913-14, 1918 e de 1919, incluindo qualidades morais como requisito de maior pontuação no coeficiente de avaliação na ordem de merecimento geral dos oficiais, “constatam-se mecanismos de operacionalizar os conteúdos e as práticas, e que são evidentes na inclusão de alíneas que estabeleciam as linhas gerais de execução dos programas de aulas para atingir os fins úteis” (GRUNENVALDT, 2005, p.163), evidenciando-se, assim, que ciência e prática representavam um só corpo.

Tais regulamentos procuraram acompanhar as mudanças estruturais que possibilitaram nova fase na pedagogia, ao proporem um frente a frente entre o trabalho e a instrução. Respondiam à conjuntura da Grande Conflagração e aos reordenamentos, agilizando as mudanças enfatizando o ensino militar profissional na medida em que prescreviam que o ensino deveria ser “teórico-prático ou prático, unicamente”. Assim, a formação de oficiais implementou uma nova “ordem” intelectual no Exército brasileiro conforme os propósitos de renovação dos Jovens Turcos: “evitar os excessos da teoria, as divagações inúteis e as generalizações prematuras” (Regulamento de 1914, art. 6º e de 1918 e 1919, art. 7º).

A prioridade na organização interna do Exército para corresponder ao movimento de beligerância, talvez tenha sido um dos elementos que causaram o estado de letargia para com as iniciativas de organização e sistematização da Educação Física na década de 1910. No entanto, esse estado de coisas começou a mudar a partir de 1919, quando um grupo de entusiastas na Escola Militar, além de fundar uma associação atlética, se preocupou em focalizar a sistematização da Educação Física no meio militar e civil (MOLINA, 1935).

Sob a orientação da Missão Militar Francesa, em 1922 entrou em vigor o Regulamento de Instrução Militar, aprovado pelo Dec.14.784 de 1921, pelo presidente Eptácio Pessoa e o Ministro de Guerra João Pandiá Calógeras.⁷ O Boletim do Exército n. 453 de 1922, para nova organização criava uma Escola de Educação Física. Noticiou-se

⁶ Entre os oficiais que fizeram parte da Missão Indígena e que, posteriormente, foram personagens significativos para a educação física brasileira estavam os tenentes de infantaria Newton de Andrade Cavalcanti, João Barbosa Leite e Odylio Denys.

⁷ Os trabalhos de tradução do material teriam sido feitos na Escola de Sargentos de Infantaria, que teve um papel preponderante no início do desenvolvimento da Educação Física. Pode-se considerar que a ESI como o núcleo da futura célula-mater que é a Escola de Educação Física do Exército. Portanto, assunto a ser pesquisado.

que na Companhia de Carros de Combate chegara a funcionar um curso de instrutores, porém, os acontecimentos desencadeados pelos revoltosos de julho do mesmo ano dificultaram sua concretização.

Ainda em 1922, o Ten. João Barbosa Leite passou a servir como instrutor de Educação Física na Escola de Sargentos de Infantaria, tendo como auxiliar o Ten. Jair Dantas Ribeiro, ambos entusiastas da Educação Física. Ministraram Educação Física, pela primeira vez no Brasil, com exercícios sistematizados. A partir da prática, foram recolhidas informações e dados para estudos mais aprofundados e, novamente, os movimentos reivindicatórios de julho contribuíram para que fosse adiada a concretização do referido Centro.

Outra preocupação, no sentido de formação e aperfeiçoamento de quadros especializados para ao C.M.E.F. foi a participação do Ten. Ilídio Colônia, instrutor de infantaria da Escola Militar, de um curso na Escola Joinville-Le-Pont, na França. De volta ao Brasil e, dirigindo a instrução da Escola Militar, conseguiu monitores para sua empreitada, junto aos alunos do terceiro ano. Podia-se já sentir a influência da Missão Militar Francesa no âmbito da organização e na disciplina da oficialidade brasileira nos estudos mais avançados e especializados, ainda que, em pleno funcionamento da Missão Francesa, tenha ocorrido a irrupção dos movimentos dos tenentes dissidentes de 1922 e 1924.⁸

Contribuindo para a implantação das condições objetivas e subjetivas no Exército, em 1926, o Ministério do Exército publicou o “Manual de Instrução Física”, fruto dos esforços envidados pelo Cap.Barbosa Leite e do Ten. João Dantas Ribeiro, cuja obra pode ser considerada contribuição bastante sistematizada e significativa, no sentido de tirar a Educação Física da “charlatanice” e da carência de cientificidade em que estava imersa, o que vinha sendo exigido por algumas vozes há algum tempo. Tal iniciativa foi o prelúdio da introdução da cientificidade que se incorporaria nos meios educacionais para oficiais e instrutores.

Segundo Molina (1935),no ano de 1929, o Centro Militar de Educação Física teve um impulso decisivo. Por ocasião da visita do Presidente da República e do Ministro da Guerra à ESI, ficou evidenciado o trabalho realizado junto aos alunos da Escola, dirigido

⁸- A partir dos Regulamentos do ensino militar de 1924 e 1929 evidenciaram-se esforços no encaminhamento do plano e das diretrizes do ensino para contemplar na formação do oficial do Exército o equilíbrio entre os componentes da formação da cultura científica geral com os da formação técnica do especialista,já impregnados da orientação francesa. (GRUNENVALDT, 2005).Os oficiais da Missão Indígena fortificada no posto de instrutores na Escola do Realengo enfrentaram e impediram a entrada de qualquer princípio ou instrutor francês, pelo menos até 1924.

pelos Tenentes Inácio Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos, e a concretização da unidade de doutrina no Colégio Militar, o que provocaria ordens imediatas para a criação do Centro Provisório de Educação Física, que funcionaria junto à Escola de Sargentos de Infantaria

Destaca-se a inovação ocorrida nos Regulamentos da E. M. de 1924 e 1929, quanto à Educação Física, referenciada no 1º ano do ensino fundamental, junto ao ensino militar teórico como aula, sob a denominação de *Estudo do regulamento da instrução física, precedido das noções de anatomia e fisiologia necessárias para sua execução racional*. Também a *instrução física militar* ou *ginástica* continuava ministrada ao ensino militar prático com especificidades mais diretas para as diferentes armas. Nos Regulamentos anteriores aos da década de 1920 não havia a preocupação com o estudo de bases teóricas como pré-requisitos necessários para a execução racional da instrução física, tendo sido a presença da Missão Militar Francesa, nos anos de 1920, decisiva quanto à propagação do Método de Educação Física⁹.

O imbricamento de interesses entre militares e civis em torno da Educação Física se consolidou quando, em 1929, ocorreu um esforço significativo e um passo para a implantação do trabalho físico metódico no meio militar. Foi com essa iniciativa que se instrumentalizou a Educação Física no meio civil, o que aconteceu quando“(...) Fernando de Azevedo, então Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, obteve do Min. da Guerra permissão para que professores públicos lá fossem matriculados”(MOLINA, 1935, p.5). O referido curso teve como coordenadores os tenentes Inácio Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos. Os demais instrutores do curso já eram oficiais, vindos da turma formada pela Missão Francesa, sob o comando de Pierre de Ségur. Dava-se o primeiro passo para implantação do trabalho físico metódico no meio militar, e quando Azevedo obteve a autorização para professores públicos lá se matriculem, configurou-se o início da corporificação da educação física no meio civil.

Mesmo não tendo o Centro Provisório de Educação Física do Exército atingido a estrutura organizacional de uma escola, os resultados eram promissores, pois já se faziam sentir em grande parte do país. A experiência dos tenentes-instrutores Inácio Freitas Rolim e o Médico Virgílio Alves Bastos ocasionou a confluência de oficiais da pedagogia e da medicina, num esforço para “tirar o problema da Educação Física do empirismo da

⁹ De acordo com o artigo 12 de ambos os Regulamentos da década de 1920, “as noções de anatomia e fisiologia necessárias à execução racional da Educação Física devem ser dadas pelo médico instrutor”. O Regulamento de 1929 determina que, enquanto existir um oficial estrangeiro[francês] para dirigir e coordenar a Educação Física, o instrutor brasileiro será seu auxiliar.

indiferença e da charlatanice” como fora alcunhado, por Lima Sobrinho, o “terreno” da educação física.

O trabalho daqueles oficiais do Centro Provisório de Educação Física estabeleceu uma unidade de procedimentos, representando um ensaio de coordenação de esforços esparsos – dela começaram a aparecer resultados em outros Estados, pois os elementos saídos da Escola colaboraram para a difusão dos princípios racionais lá apreendidos.

Instalou-se a Escola Superior de Educação Física de São Paulo, em 1934, ficando os primeiros alunos e alunas mais de vinte dias na E.E.F.E., no Rio de Janeiro, num curso de Biometria; fez-se o intercâmbio da ciência entre civis e militares, evidenciando a circularidade do conhecimento, em vista da precariedade inicial para se realizar o curso em São Paulo.

A participação do Exército na formação de quadros civis para a Educação Física em âmbito nacional está no Decreto n. 23.252, de 19 de outubro de 1933, que criou a E.E.F.E., pois objetivava proporcionar o ensino do método da Educação Física regulamentar; orientar e difundir sua aplicação. Contudo, as estratégias seguintes é que garantiam mobilidade de execução, proporcionando ao Exército legitimidade na difusão do método regulamentar da Educação Física, tendo em vista que a E.E.F.E.: “a) formará instrutores e monitores de educação física, mestres de armas e monitores de esgrima; b) proporcionará, aos médicos, especialização em educação física; c) formará massagistas desportivos; d) fornecerá aos oficiais em geral os conhecimentos indispensáveis à direção da educação física e da esgrima; e) Formará , *eventualmente*, para fins não militares, *instrutores e monitores de educação física, recrutados no meio civil*; f) incrementará a prática da educação física e dos desportos; g) estudará as adaptações a serem introduzidas no método, submetendo-as à apreciação do Estado Maior do Exército; h) manterá correspondência com os institutos congêneres nacionais e estrangeiros” (DECRETO n. 23.252, 1933). (Grifos meus)

Na década de 1930, as discussões em torno da Educação Física eram acaloradas, época marcada pelas preocupações que personalidades, ligadas a instituições educacionais, destinavam ao trato das questões afetas à formação, organização e difusão da Educação Física, num país que pretendia se industrializar e que apresentava um contingente populacional bastante heterogêneo, precisando ser organizado à luz do progresso.

Em 1935, a Educação Física recebeu um destaque no VII Congresso Nacional de Educação: seriam tratadas questões da área, cuja Comissão foi composta por sujeitos da esfera civil e militar em proporções equivalentes. Sua presidência, ao encargo do então

Coronel Newton Cavalcanti, em reconhecimento ao seu trabalho e projeção na Educação Física, dentro e fora do Exército, representou uma estratégia de apaziguamento de propostas. A Comissão Executiva se completou com os seguintes nomes: Anísio Teixeira, Afonso Penna Júnior, Arnaldo Guinle, Artur Moses, Cmt. Benjamim Sodré, Major Raul Vasconcelos, e Renato Elói de Andrade, cuja composição, englobando civis e militares, poderia ser fruto de uma articulação para garantir a chancela dos militares nos destinos da Educação Física no Brasil.¹⁰

As conclusões extraídas das teses sobre a organização de institutos ou escolas de Educação Física do VII Congresso Brasileiro de Educação apontavam que ficaria a cargo do Governo a criação de uma Escola Normal de Educação Física, anexada à Universidade do Rio de Janeiro, articulada com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a ser criada. O corpo docente seria adotado pelo processo de contratação de técnicos de notória competência. Além desses, seriam criados Cursos de Professores de Educação Física; Cursos de Médicos Especializados em Educação Física; e Curso Superior de Investigações e Aperfeiçoamento para Professores já especializados.

As conclusões de aconselhar o Governo da União à criação junto ao Ministério da Educação, de um órgão administrativo nacional que estudasse os problemas da Educação Física e sua difusão; instituição de uma política junto aos governos dos Estados, no sentido de criarem aparatos que possibilitassem em estabelecer cursos para formação de professores especializados; introduzir a prática da Educação Física em todos os graus da educação pública, mesmo que para isto tivessem que ser construídas instalações para as universidades, campos, praças e parques ligados às escolas, com a finalidade de vulgarizar a Educação Física (VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, p. 29-30).

As conclusões e os procedimentos a serem adotados, em nível governamental, sobre a organização de institutos e escolas de Educação Física, podem ser considerados um marco bastante significativo para a futura organização da Educação Física Brasileira.

Assim, percebe-se que de 1905 até 1939, ano da criação da ENEFD, os militares protagonizaram o desenvolvimento das condições objetivas e subjetivas para a implantação de Escolas de Formação de Profissionais de Educação Física. Nesse período, o trabalho da Missão Indígena e a participação da Missão Militar Francesa foram significativos para a organicidade do processo. Contudo, o VII Congresso Nacional de Educação determinou

¹⁰ - Na Comissão Executiva constavam os nomes de militares como o fundador da Escola de Educação Física do Exército e da revista da mesma instituição, bem como o diretor da revista na ocasião, disso pode-se deduzir a significância que esta instituição representava nos meios educacionais do Brasil.

prováveis caminhos para ENEFD, onde os militares tomam lugar de centralidade, não sem despropósito, sendo os diretores da Escola até 1945.

BIBLIOGRAFIA

- BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. Educação Física e Construção Nacional (1932-1945). In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira**. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1996.
- BRASIL. Decreto-Lei n.1212. Cria na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, p. 9073-75, 20 abr. 1939. Seção I.
- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador. In: FAUSTO, Bóris (Dir.) **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano (1889 - 1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, v.2, T.3.
- DOMINGOS NETO, Manuel. Influência Estrangeira e Lutas Internas no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro. Perfil Militar de um Povo**. Rio de Janeiro/Brasília: EMFA, 1972. v.7.
- FERREIRA NETO, Amarílio. **A pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1850-1950)**. Tese (Doutorado) UNIMEP. Programa de Pós-Graduação em Educação. Piracicaba, 1999.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da escola à caserna*. Porto Alegre: UFRGS, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- GRUNENVALDT, José Tarcísio. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o projeto de uma época**. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação. UFS, São Cristóvão-SE, 1997.
- _____. **A educação militar nos marcos da Primeira República: estudo dos regulamentos do ensino militar (1890-1930)** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade. PUC, São Paulo, 2005.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. A Educação Física no Brasil. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, v.5, n. 32, ago. 1936.
- MARINHO, Inezil Penna. Conceitos e Métodos de Educação Física Dominantes no Brasil Durante o Século XX, até a Adoção do Método Francês. **Revista Brasileira de Educação Física**, v.2, n. 23, p.2-10, nov. 1945.
- MELO, Vítor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível História**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Campinas: Unicamp, 1996.
- MOLINA, Antonio. Escola de Educação Física do Exército. Sua atuação em prol da Educação Física nacional. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n.25, p. 5-7, ago. 1935.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **História do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo de 1931 a 1934**. Rio de Janeiro: EsEFEx, n. 31, 1936-1937.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **VII Congresso Nacional de Educação: resultados dos trabalhos da comissão composta de relatores de temas e presidentes de seção**. Rio de Janeiro: EsEFEx, v. 4, n. 24, p. 29-30, 1935.